

Regional do Bradesco nega ameaça de demissão para cumprimento de metas

Júlio César Costa

O diretor regional do Bradesco, reunido com o Sindicato no último dia 12, negou que funcionários são ameaçados de demissão para cumprir metas. Afirmou ainda que o Banco promoveu mais de 200 funcionários e que irá reorientar o quadro. Quanto às metas propriamente ditas, o regional afirmou que “não houve aumento”. No que se refere as metas do pessoal da administração (escriturário, caixa, tesoureiro, chefe de serviço e gerente administrativo), o regional do Bradesco observou que a orientação se resume a uma indicação. “Caixa não tem metas de venda”, ressaltou o regional, que se comprometeu em repassar novas orientações aos gestores. Indagado sobre as audiokonferências que, nas palavras de um funcionário “duram quase duas horas de constrangimento”, o regional destacou que essa não é a linha de trabalho da nova diretoria. Segundo ele, as audiokonferências não são para cobrar metas, mas para “instruir”.

Questionado sobre o deslocamento de funcionários da tesouraria e de gerentes administrativos



Diretores do Sindicato reunidos com regional do Bradesco

para o autoatendimento, onde orientam clientes a pagar suas contas no Banco Postal, inclusive com distribuição de folhetos com endereço dos BPs, o diretor regional disse que sua orientação é para agências com funcionários da retaguarda com “tempo ocioso”. O

diretor do Bradesco informou que irá reorientar os regionais.

Para o diretor do Sindicato, Lourival Rodrigues, os problemas foram apresentados ao Bradesco. “Denunciamos e cobramos soluções. O regional negou as ameaças de demissões, esclareceu

a questão das metas e assumiu compromissos. Vamos conferir se as prometidas orientações provocaram o efeito desejado”. Participaram também da reunião os diretores Gustavo, Vagner, José Carlos, Daniel, Eduardo, Divino, Lucinete e o presidente Jeferson.

CAIXA FEDERAL

Proposta para promoção por mérito representa retrocesso

A proposta global para promoção por mérito apresentada pela Caixa Federal no último dia 12, durante reunião da Comissão Paritária que debateu a sistemática de avaliação para o ano base 2012, visando a promoção de janeiro de 2013, é um verdadeiro retrocesso. A Caixa Federal, por exemplo, quer que o empregado

complete 365 dias de trabalho para ser avaliado e promovido; quer também mudar os pesos das modalidades de avaliação subjetiva e da linha de corte. As modalidades da avaliação subjetiva, que hoje possuem o mesmo peso, passariam a ter a seguinte conformação: 40% para a avaliação do gestor; 30% para a avaliação

dos pares e 30% para a autoavaliação. A linha de corte, hoje em 8,2 pontos, passaria a ser pela média nacional, que foi de 9,15 na última avaliação. A Caixa Federal quer ainda inverter os pesos conferidos aos critérios de avaliação: os critérios subjetivos passariam a pesar 60% e os objetivos 40%. “Sem falar que a Caixa Federal

propõe alterar os fatores de avaliação, incluindo critérios de orientação ao resultado. O que não podemos aceitar, pois representa nítido vínculo às metas”, destaca o diretor do Sindicato, Gabriel Musso, que representou a Federação dos Bancários de SP e MS. A Comissão paritária volta a se reunir em breve.

Novo Dia de Luta pela jornada 6h para todos

O Sindicato coordena novo Dia Nacional de Luta pela Jornada de 6h no Banco do Brasil, em Campinas e Região, no próximo dia 28. A nova jornada de luta – a primeira aconteceu no último dia 6 – foi definida pelos sindicatos no último dia 13, após debater o projeto Sinergia com o Banco. Na ocasião, os sindicatos cobraram negociação da jornada de 6h para os comissionados sem redução de salário.

Inclusive o Dia será para exigir também melhorias no plano de carreira e soluções para os funcionários oriundos de bancos in-

corporados. “Neste momento, temos que intensificar a mobilização. E não vamos aceitar nada sem ampla discussão”, destaca o presidente do Sindicato, Jeferson Boava, que participou do debate como representante da Federação dos Bancários de SP e MS.

Programa Sinergia

No debate com o BB no último dia 13, os sindicatos apontaram uma série de problemas que o novo programa de metas, denominado Sinergia, tem gerado na rede de varejo; principalmente no que se refere à forma como as

unidades serão avaliadas em seus resultados, ao final de cada semestre. Para os sindicatos a individualização das metas nas carreiras de clientes é um ponto crítico. Segundo gestores, o acordo de trabalho anterior possibilitava gerir e acompanhar a evolução dos resultados na unidade como um todo, mas agora isso não é mais possível. “Reside neste ponto um grave problema. Não aceitamos a individualização de metas, muito menos a existência de ranking”, analisa o presidente Jeferson.

Saúde

Durante a reunião os sindic-

tos afirmaram que aguardam uma resposta do Banco com relação à posição de seus representantes indicados no Conselho Deliberativo da Cassi para votarem a adequação da caixa de assistência em relação à resolução 254 da Agência Nacional da Saúde. O conselho se reunirá nesta semana. Foram discutidas também questões regionais, como a retirada de portas giratórias em função do projeto Nova Ambiência e a questão do assédio moral. O BB respondeu que está respeitando a legislação local em relação às portas de segurança.

CAIXA FEDERAL

GT da PLR define proposta

O Grupo de Trabalho criado para construir um novo modelo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) na Caixa Federal finalizou uma proposta que assegura, como premissas básicas, manutenção da regra da Fenaban e que sejam incluídas no total de recursos para distribuição, após aplicação da regra básica da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria bancária, eventuais sobras em relação ao limite estabelecido pelo governo de 11,25% do lucro líquido das empresas estatais. A PLR Social na Caixa (4%) foi considerada fora do alcance atribuído ao GT. As reuniões do GT da PLR foram realizadas nos dias 8, 9 e 14 deste mês, em Brasília, e

contou com a participação do diretor do Sindicato, Carlos Augusto Silva (Pipoca), como representante da Federação dos Bancários de SP e MS.

Para assegurar a distribuição de eventuais sobras dos 11,25% do lucro líquido, a proposta do GT é que se proceda uma alteração para mais no teto e no percentual do salário previsto na regra da Fenaban. Eventualmente, poderia ocorrer também o aumento da parcela fixa. Ou seja: o debate é no sentido de que seja estabelecido um programa que distribua eventuais diferenças ou sobras entre o valor distribuído pela regra básica da Convenção Coletiva, cujo limite é de 15%, e o teto definido



Diretor Carlos Augusto (Pipoca) em reunião do GT

pelo governo federal.

A regra básica definida na mesa da Fenaban em 2011 foi de 90% do salário mais R\$ 1.400,00 fixos, com teto de R\$ 7.827,29. Pela proposta do GT, caso a aplicação da regra Fenaban não ultrapasse o limite de 11,25% do lucro líquido, esses valores poderiam ser elevados, por exemplo, para 95%

do salário e teto de R\$ 9.000,00. Ainda na reunião com a Caixa, entre as premissas fundamentais que a proposta própria de PLR precisa contemplar, os representantes dos empregados elencaram a não vinculação de metas e a garantia de um modelo que abranja todos os bancários.

Fonte: Fenae

Sindicato dos Bancários de Campinas e Região

EXPEDIENTE - O BANCÁRIO - PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO
PRESIDENTE: JEFERSON RUBENS BOAVA
JORNALISTA RESPONSÁVEL: JAIRO GIMENEZ (MTB 13.683)
DIRETORA DE IMPRENSA: MARIA APARECIDA DA SILVA ALTINO
IMPRESSÃO: GRÁFICA SANTA EDWIGES
SEDE: RUA FERREIRA PENTEADO, 460, CENTRO.
FONE.: (19) 3731-2688 - FAX: (19) 3234-5602
CLUBE: (19) 3251-3718
SUBSEDES: AMERICANA: (19) 3406-7869
AMPARO: (19) 3807-6164
MOGI GUAÇU: (19) 3841-3993
SJB VISTA: (19) 3622-3514
INTERNET: WWW.BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR
E-MAIL: JORBAN@BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR
TIRAGEM: 11.000 EXEMPLARES
FILIAÇÃO À FEEB SP-MS E CONTRAF-CUT

BANCO DO BRASIL

Sindicato apoia Chapa 1 na Cassi

Entre os dias 2 e 13 de abril, os participantes da Cassi (Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil) elegem o Diretor de Planos de Saúde e Relacionamentos com Clientes, os Conselho Deliberativo e Fiscal. A diretoria do Sindicato apoia a Chapa 1 Cuidando da Cassi.



Jornada de luta exige mais segurança

Os sindicatos de bancários e vigilantes realizam nesta quarta-feira, 21 de março, Dia Nacional de Luta por Mais Segurança nos Bancos. Convocado pela Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), o Dia terá três temas centrais: 1) contra a retirada das portas giratórias, com detector de metais; 2) combate ao crime “saidinha de banco”; e 3) proteção da vida de trabalhadores, clientes e usuários.

A Jornada de Luta deste dia 21 se insere na *Campanha por Mais Segurança nos Bancos*, lançada pelo Sindicato em abril do ano passado. Nesses 11 meses, o modelo de projeto de lei que trata da instalação de novos dispositivos, elaborado pela Contraf-CUT em parceria com a CNTV, já foi apresentado em 36 cidades da base. Em sete, o projeto foi aprovado pelos vereadores; em três, já é lei. A mobilização do Sindicato, inclusive, tem resultado em instalação de portas giratórias em agências do Itaú, que no dia 10 de feverei-

ro último anunciou a retiradas das portas em todo o país. Mas, pressionado, instalou as reclamadas portas nas cidades de Paulínia, Itatiba, Hortolândia e, mais recentemente na agência Ário Barnabé em Indaiatuba, depois de ser assaltada no dia 23 de fevereiro e da paralisação dos serviços no dia seguinte; no dia 26, a porta foi instalada. Lamentavelmente, o Itaú retirou a porta giratória em Mogi Mirim.

“O Itaú aposta na insegurança. Não existe lei municipal, é verdade. Mas é necessária uma lei para o Banco oferecer segurança aos trabalhadores, clientes e usuários? Será que o Itaú está esperando a cena de Indaiatuba se repetir em Mogi Mirim?, indaga o diretor regional do Sindicato, Vagner Mortais, responsável pela subseção de Mogi Guaçu.

Papel da PM não é segurança privada

Apesar da alta lucratividade, os bancos investem pouco em segurança. Estudo feito pela subseção do Dieese na Contraf-CUT, com base nos balanços publicados de

janeiro a setembro de 2011, os cinco maiores bancos do país - Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Santander e Caixa Federal, que lucraram no período R\$ 37,9 bilhões, destinaram apenas R\$ 1,9 bilhão em despesas com segurança e vigilância. A prova desse descaso, do baixo investimento, é a retomada dos assaltos. Diante de tanta insegurança - ataques a caixas eletrônicos, “saidinha de banco” e agências sem portas com detector de metais - a Polícia Militar criou uma operação denominada “ronda bancária”, na qual dois PMs são obrigados a patrulhar diariamente sete agências bancárias.

“Essa medida, válida em todo o Estado de São Paulo, não resolve o problema da falta de segurança. Sem falar que há um conflito entre o interesse público e o privado. Cabe aos bancos oferecer efetiva segurança em todas as suas dependências. À Polícia Militar cabe o monitoramento, a segurança dos espaços públicos”, ressalta o presidente do Sindicato, Jeferson Boava.

Jornada de Luta por mais SEGURANÇA nos Bancos

Bancários exigem medidas para proteger a vida de trabalhadores, clientes e usuários



TERCEIRIZAÇÃO

Sem avanço. Fenaban mantém proposta de call center

Durante reunião da mesa temática de Terceirização, realizada no último dia 15, a Fenaban manteve a mesma formulação e os posicionamentos apresentados no último encontro, em junho de 2011; na ocasião, os sindicatos criticaram a proposta dos bancos. Quer dizer, a área específica do call center definida como foco da negociação continua sendo apenas aquela que envolva as atividades

receptivas, nas quais seja acessada diretamente a conta corrente do cliente, em operações conclusivas, inclusive prestadas nos finais de semana. Os sindicatos reiteraram a reivindicação de que sejam apresentados dados mais objetivos sobre as áreas em debate, particularmente sobre o número de trabalhadores envolvidos. No entanto, a Fenaban reafirmou não ter como fornecer tais informações,

alegando tratar-se de dados confidenciais de cada banco.

Diante do impasse, a Contraf-CUT irá convocar as federações e sindicatos para definir uma posição sobre a manutenção da proposta dos bancos para a área de call center. Depois, irá agendar nova rodada junto à Fenaban, inicialmente prevista para o final de maio.

Fonte: Contraf-CUT

Tire suas dúvidas

Intervalo durante jornada de 6h

Pergunta: Minha jornada de trabalho é de seis horas diárias. Qual é o intervalo a que tenho direito? E se eu realizar trabalho extra?

Resposta: A jornada de trabalho do bancário é definida no artigo 224 da CLT, que diz: “A duração normal do trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal será de 6 horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de trinta horas de trabalho por semana.” O parágrafo primeiro do mesmo artigo diz que: “A duração normal do trabalho estabelecida neste artigo ficará compreendida entre 7 (sete) e 22 (vinte e duas) horas, assegurando-se ao empregado, no horário diário, um intervalo de 15 (quinze) minutos para alimentação.”

O período que for assinalado como intervalo pode ser gozado livremente pelo trabalhador, inclusive fora do estabelecimento do empregador, independentemente deste fornecer local adequado para as refeições.

Na hipótese de realização de horas extras, o intervalo deve ser de no mínimo uma hora, já que o artigo 71 da CLT diz que: “Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.”

Crivelli Advogados Associados

Perguntas ou sugestões de temas devem ser enviadas para jorbanc@bancarioscampinas.org.br

Assembleia rejeita custeio do deficit do Plano II do Banesprev. Decisão inócua



Diretora Stela defende aprovação do plano de custeio



Diretores votam pela aprovação da contribuição extra

Com a participação de mais de 2 mil pessoas (1.123 presentes e 906 representados por procuração), a assembleia realizada no último sábado, dia 17, em São Paulo, rejeitou a proposta de custeio do deficit (hoje mais de R\$ 770 milhões) do Plano II, aprovada pelo Conselho de Administração do Banesprev, que entra em vigor em abril próximo. A maioria dos representantes dos funcionários defendeu a não aprovação do plano de custeio e apresentou dois motivos: 1) o equacionamento será feito independente da decisão da assembleia; 2) se ratificado pela assembleia haveria quitação do Serviço Passado, inviabilizando novo recurso junto à Previc (Ministério da Previdência) e cobrança judicial.

Para a diretora do Sindicato, Stela, “a assembleia foi convocada para decidir sobre o plano de



Diretor Cristiano apresenta proposta do Sindicato: entidades devem exigir o Serviço Passado na Justiça

custeio e não para abrir mão, deliberar sobre a cobrança do Serviço Passado. Apesar de representativa, a decisão da assembleia foi inócua”. Stela destaca que os diretores do Sindicato defenderam durante a assembleia que as entidades devem entrar com ações na Justiça para exigir a parte que deve ser aportada pelo Banco. “Mas uma ação judicial pode se prolongar além do su-

portável para a saúde financeira do plano. Por isso, defendemos a aprovação da contribuição extraordinária para ativos e assistidos concomitante com ação judicial contra o Santander”. A diretora Stela frisa que o Sindicato respeita a decisão da maioria. “Neste caso, no entanto, o que ocorreu foi a aceitação de que a decisão dos participantes não conta. A deliberação da maioria foi nula por-

que a contribuição extraordinária vai ocorrer de qualquer forma”.

Stela observa que o Sindicato quer que os bancários, ativos e aposentados, continuem a decidir o que é melhor para seus interesses. “Trata-se de um assunto bastante impopular. Porém já fizemos isso no passado, quando defendemos que os aposentados que entraram no banco antes de 1975, migrassem para o chamado ‘Fundão’, quando a também maioria da representação defendeu o contrário. Não se trata de ganhar ou perder uma tese. Mas de tratar com serenidade e atenção um assunto que diz respeito à aposentadoria das pessoas, o que não é pouco. Lamentamos que a contribuição extra seja decidida pelo Banco e não pelos participantes. O que poderia entrar para história de luta dos funcionários foi para a lata de lixo da história”.

FARMÁCIA DO SINDICATO



Serviço de Entrega em Campinas

Taxa: R\$ 3,00. Ligue 3731-2688

Remédio	Farmácia do Sindicato	Preço médio/mercado
Spectraban T color base	R\$ 38,00	R\$ 54,29
Minesol Oil Control	R\$ 49,80	R\$ 71,14
Inneov N. Care c/60	R\$ 98,00	R\$ 140,00
Off Kids 117 ML	R\$ 12,00	R\$ 17,14
Off Family SPR 200 ml	R\$ 13,90	R\$ 19,86

ITAÚ

Sindicatos negociam PCR e bolsa de estudo

Os sindicatos e o Itaú iniciam neste dia 26 o processo de negociação da pauta específica, entregue ao Banco no último dia 10 de fevereiro. Três pontos serão negociados: PCR, convênio médico e bolsa de estudo.

A pauta completa tem nove pontos: emprego, remuneração, metas abusivas, saúde e condições de trabalho, segurança bancária, liberdade sindical, previdência complementar, plano de saúde e igual-

dade de oportunidades. Cabe lembrar, a pauta foi definida no Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais do Itaú, realizado nos dias 14 e 15 de dezembro, em Nazaré Paulista (SP). “A partir de agora, como ficou definido na reunião do dia 10 de fevereiro, a negociação será por blocos temáticos, quinzenalmente, durante o primeiro semestre”, frisa o diretor do Sindicato e integrante da Comissão de Organização dos Empregados (COE), Mauri Sérgio.